



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, TERÇA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2013

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Procurador é contra mudanças na lei

Uma palestra sobre a redução da maioridade penal foi proferida ontem à tarde no Ministério Público Estadual (MPE). Munir Cury, procurador de Justiça aposentado do MP/SP e um dos protagonistas na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi uma das presenças mais aguardadas.

Cury rebate a opinião do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Coelho. Coelho não defende a redução da maioridade penal, mas o aumento do prazo de internação de até três anos para até seis anos, em caso de reincidência ou de crimes mais graves. "O fato é que a internação não é bem executada no Brasil. De pouco adianta mudar de três para mais anos, se não há uma boa execução [das medidas socioeducativas]", disse.

A ausência de programas de profissionalização e de medidas pedagógicas está entre os problemas apontados pelo procurador. Outros argumentos a favor da atual composição do ECA são o



Jadilson Simões

PÚBLICO acompanha palestra do procurador aposentado Munir Cury

fato de o documento ter sido elaborado durante três anos, tendo expressado a vontade da população à época. Além disso, contou com a consulta a grandes especialistas em educação e segurança.

O texto fez 23 anos mês passado; ele não precisaria de correções? Cury discorda, pois o fato de o ECA não ser cumprido tornaria indiferentes quaisquer mudanças. "O que

falta são grandes investimentos em educação. Não apenas educação formal. Digo isso com os pés no chão. Precisamos não apenas de professores qualificados, mas de homens dedicados a essa matéria", frisou.

Cury afirma que o adolescente infrator é, sim, punido. Ele exemplifica com o crime de roubo qualificado por morte: no caso de um adulto, a pena é de cinco anos, sendo

que ele cumpre dois anos e quatro meses, em média. "Já um adolescente é punido com três anos de internação, sendo possível cumprir mais três anos em regime de semiliberdade. Se ele ainda não mudar, existe a possibilidade de mais três anos em regime semiaberto", frisou.

Eventos Abertos

A palestra faz parte do Projeto "Eventos Abertos", promovido pela Escola Superior do Ministério Público de Sergipe (ESPM) em parceria com os Centros de Apoio Operacional do MP. "Estamos elaborando uma discussão com o tema Meio Ambiente para o mês de setembro", disse Newton Silveira, responsável pela ESMP. A receptividade tem sido boa, segundo ele. "Queremos que o pessoal ajude e provoque muito", frisou.

No caso do evento de ontem, representantes de toda a rede de proteção à infância e adolescência foram convidados, bem como a imprensa e membros e servidores do MP/SE.